

MULHER: MILITÂNCIA, DITADURA E REPRESSÃO

Lisiane Alonço de Medeiros
Rosana Moretto Lemanski
Valquíria Trezciac Medeiros¹
Orientador: prof. Carlos Renato Hees²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal tratar da situação das mulheres que tiveram participação ativa na luta contra a ditadura militar, instalada no Brasil a partir de 1964. Estas mulheres militantes enfrentaram não apenas o regime de exceção, a perseguição, a prisão, a tortura, mas também muitos preconceitos. Procuramos, com este trabalho, realizar um breve levantamento e análise de todos estes enfrentamentos.

Palavras-chave: mulher, militância, ditadura, feminismo, repressão, tortura.

A atuação das mulheres como figura ativa no cenário político brasileiro sempre foi alvo de pouco estudo e divulgação. Ponderar, então, sobre sua participação no combate a uma ditadura militar, efetivamente na luta armada, é ainda mais contundente.

Durante o período em que se dispuseram a abandonar sua vida cotidiana para enfrentar a opressão do governo, as mulheres militantes sofreram as torturas físicas e morais a que eram submetidos quaisquer cidadãos que contrariassem a ordem estabelecida. Além disso, viram as próprias mulheres – não militantes – se opondo à sua atuação e questionando sua condição feminina.

A opção pela vida obscura e clandestina tornava estas mulheres seres cada vez mais distantes de um modelo social imposto ao longo dos tempos. No âmbito familiar, a aceitação quase nunca ocorria e, quando esta se dava, era por serem os pais ou outros parentes também militantes de oposição.

¹ Alunas do curso de História da ULBRA/Guaíba.

² Mestre em História Ibero-Americana. Professor da ULBRA/Guaíba.

A análise do processo de participação das mulheres no combate à ditadura militar instalada no governo do país não deve ser feito pelo aspecto de uma atuação meramente feminina, com ideais e atitudes antimachistas, mas pelo conceito de busca pela cidadania, por direitos e deveres civis justos e adequados, pela tentativa de uma abertura política que não suprimisse a força do pensamento humano.

Grande parte das mulheres iniciou sua militância política ainda nos movimentos estudantis, que mostrou-se sempre como um espaço privilegiado para a formação de lideranças e arregimentação de quadros partidários, através do debate e da constante circulação de idéias – que constituem a própria essência da escola e universidade. Neste sentido, os anos 60, mesmo após o golpe militar, foram anos de intensa contestação e rebeldia.

As mulheres tornaram-se militantes por suas convicções políticas, entretanto, a militância representava uma mudança radical no modo de vida. A clandestinidade, o permanente risco de prisão e de tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e, mesmo, paixão.

Elas assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres. As próprias organizações não faziam distinções, pelo menos em seu discurso. No entanto, no cotidiano da atividade política, poucas ocuparam postos de direção dos grupos. Outro fato importante é que a condição feminina não tinha relevância nas questões debatidas, sendo inserida neste contexto apenas após os anos 70. (COLLING, 1997)

Na sua vontade de serem vistas apenas como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se da aparência pessoal. Isso ocorria na medida em que a militância política trazia outros valores, deixando o cuidado com a aparência fora da questão de visão do mundo.

A prisão das mulheres militantes obedecia à lógica política da repressão para eliminar a oposição ao regime militar, não estabelecendo distinção entre as militantes. Apenas a questão da classe social aparecia no momento da prisão: enquanto operárias teriam uma possível ligação com tóxicos, as militantes de classe média eram preservadas de comentários devido a sua condição social.

Nesse contexto, se estabelece uma relação direta entre os agentes da repressão e as mulheres. Relação de poder, baseada na violência, tortura e humilhação, sem qualquer intermediação da lei e do direito, onde valia tudo. Durante os anos de ditadura militar no Brasil, em momento algum os preceitos estabelecidos na Declaração

Universal dos Direitos Humanos foram respeitados. Tal situação se ratifica com afirmação de um agente do DOI-CODI, relatada por uma militante presa e torturada: *“Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.”*

A violência, materializada na tortura, foi a principal relação que se estabeleceu entre a repressão e as mulheres militantes na prisão, no período que antecedia ao julgamento. Os objetivos fundamentais eram de fragilizar, amedrontar, coibir, deixando clara a sua posição de inferioridade absoluta em relação ao poder instituído.

Mulheres militantes constantemente tinham sua sexualidade posta em questão. Acreditavam, os ditadores, que uma figura capaz de entrar em uma luta armada e confrontar-se com o governo, desobedecendo as leis e a ordem estabelecida, tinha dois motivos: interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo.

Nesse sentido, eram utilizadas expressões de baixo calão para insinuar atitudes, ofender, humilhar. Fazer com que a mulher sentisse que era inferior, vulgar, incapaz perante a hegemonia masculina.

Colocadas amontoadas, em um pequeno espaço, as presas tinham seus olhos vendados e eram despidas de toda a roupa. Esse era o pior momento da tortura, quando da exibição pública do corpo, algo privado e íntimo. Mesmo que não houvesse contatos físicos, o simples fato de estar nua deixava as mulheres fragilizadas e constrangidas, a ponto de buscarem a posição fetal como forma de proteção.

Como a repressão tinha início dentro do seio da sociedade, no momento em que são vítimas dos mais variados tipos de preconceitos e optam pela vida clandestina como alternativa, os meios repressivos não mostravam o menor respeito ou pudor no tratamento com as presas, principalmente por estarem engajadas numa luta de caráter masculino.

A fim de propiciarem uma visão cada vez mais aterrorizante às prisioneiras políticas, os autores das torturas chegaram ao requinte de promover, em dependências policiais e militares, reformas sofisticadas para aumentar a capacidade e as condições de variar os instrumentos utilizados.

O pânico e o medo provocado pelas torturas e ameaças levou muitas mulheres a assinar papéis de confissão que lhes eram apresentados, sem nem ao menos ter o direito de os ler. Era uma tentativa desesperada de encerrar o mal que as afligia.

Em muitas presas políticas, a tortura não deixou marcas físicas, pois os policiais tomavam os devidos cuidados para evitá-las. Outras foram vítimas de sevícias tão atrozés que imprimiram seqüelas permanentes em seus corpos, incapacitando-as por algum tempo ou permanentemente.

A solidariedade era um componente fundamental para que pudessem suportar o sofrimento ao qual estavam sendo submetidas. Essa experiência não podia ser partilhada senão entre elas próprias, que a vivenciavam e assim podiam oferecer conforto e cuidados às que saíam das sessões de choque e de permanência no pau-de-arara. Outra forma de afetividade, relatada por algumas presas, ainda que eventual, era a desenvolvida com presos ou certos policiais, quando havia um contato físico mais íntimo.

Na tortura, as técnicas para provocar a dor lancinante ou o desespero moral eram aplicadas indistintamente, a intenção do uso do corpo da presa era instrumental. Os algozes torturadores viam no corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir informações. Uma vez encontrado o ponto fraco da presa, era imprescindível utilizá-lo de modo insistente e eficaz.

Tanto o fato de não considerarem a gravidez impedimento para a tortura, quanto o de utilizarem, além dos próprios companheiros das presas, também crianças como instrumentos de pressão, mostram a “racionalidade” e a eficácia dos métodos aplicados, bem como as maiores possibilidades que o corpo das mulheres oferecia para essas técnicas.

Contudo, os efeitos da existência da tortura na sociedade brasileira não se restringiam a mobilizar os que estavam diretamente envolvidos, quer como vítimas, quer como parentes ou amigos dessas vítimas. A ameaça criada por essa estratégia de repressão atingia também aqueles que, tendo consciência do que se passava, se vêem compelidos a não colaborar com a luta que está sendo armada e a negar apoio a amigos ou pessoas da família que lutaram contra o regime. (FERREIRA, 1996)

Ainda assim, a busca da cidadania, a conquista de uma sociedade justa e igualitária, eram motivos fortes o suficiente para garantir a manutenção das mulheres na militância.

A única forma restante de oposição era a clandestinidade, visto que todo um arsenal de Atos Institucionais, decretos, cassações e proibições efetivaram a paralisação quase que completa dos movimentos populares de denúncia, resistência e reivindicação.

A resistência armada, que ainda sobreviveu de modo escuso, intensificou suas ações e parte para os seqüestros, exigindo em troca a libertação de presos políticos.

A Junta Militar contra-ataca adotando as penas de morte e o banimento, tornando mais duras as punições previstas em lei e outorgando uma Constituição de caráter mais autoritário e conservador. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985)

A entrada das ex-militantes na vida comum –depois do período de exceção– envolveu todo um cuidado especial. A reinserção no mercado de trabalho ou no mundo acadêmico foi feita com a devida discrição sobre suas experiências anteriores.

O passado político das mulheres inicialmente representou uma marca distintiva que lhes dificultava a convivência com os demais setores da sociedade, atuantes ou não no movimento contrário à ditadura militar, criando um novo círculo de clandestinidade. Agora, o oculto eram os acontecimentos passados pelas militantes, suas antigas identidades e ações no meio político.

Quando possível, algumas mulheres preferiram iniciar a nova fase de suas vidas em outros países, acreditando ter cumprido sua jornada aqui, ou mesmo por acreditar que sua luta fora em vão, visto que as desigualdades sociais, base fundamental das reivindicações revoltosas, prevalecem até os dias de hoje.

O papel da mulher nessa luta conseguiu quase se igualar ao do homem, não ocorrendo apenas pelo fato de o contingente feminino ser em número inferior ao masculino. Mas, nos ideais revolucionários, o pensamento transcendia a condição de gênero.

A luta foi mais densa do que se imagina. Os inimigos eram muitos e estavam por toda parte: os militares, os militantes homens, as mulheres não militantes, a família. Todos tinham um motivo de desconforto em relação às atividades femininas, ou por razões políticas, ou por motivos morais.

Contudo, os objetivos sociais de quem adentrava na batalha pela derrubada do regime militar, eram mais fortes e concretos que qualquer oposição efetiva. Não estavam procurando maiores salários, menos tempo de serviço para aposentadoria ou a liberdade sexual, buscavam uma igualdade que se remetesse a todo cidadão, independente de sexo, raça ou condição social.

Os problemas que necessitavam de solução no momento eram muito maiores e abrangentes do que alternativas pessoais ou da causa feminista, esta última deixada em segundo plano, mas também presente na luta das mulheres.

Depuseram barreiras, venceram preconceitos e atingiram a igualdade, pelo menos no tratamento dado quando das torturas e prisões, em referência aos homens. Procuraram sempre se manter no mesmo nível, não querendo sobrepor-se (como temiam os mais conservadores e machistas), mas igualando-se na tentativa de revolucionar a política repressiva que vinha sendo adotada.

Certamente, a atuação destas mulheres militantes deixou marcas permanentes na história deste período. Talvez, marcas tão profundas quanto as que elas trazem consigo, em seus corpos e suas mentes. Vestígios de quem um dia sonhou com uma sociedade diferente e ousou lutar para concretizar este sonho.

Referências Bibliográficas:

BRASIL NUNCA MAIS. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.